

ARTIGO PREMIADO EM 3º LUGAR NO 5º PRÊMIO BRDE DE DESENVOLVIMENTO (2010)

MECANISMOS E PROPOSTAS PARA ACELERAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL NO PARANÁ

Jandir Ferrera de Lima¹
Lucir Reinaldo Alves²

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o quadro de desigualdades regionais e propor ações e mecanismos para fortalecer o desenvolvimento regional no Paraná. O Estado do Paraná apresenta concentração da dinâmica econômica, fortes disparidades em termos de Produto Interno Bruto e uma concentração significativa da renda domiciliar. Esse cenário de desigualdades regionais demonstra a necessidade de ações e programas para a desconcentração da dinâmica das economias regionais capitaneadas por uma Política de Desenvolvimento Regional para o Paraná. Porém, faz-se necessário que essa política seja de Estado e não uma política de governo. Além disso, essa política deve ser capaz de fortalecer e tornar sustentável o desenvolvimento local e regional, ou seja, deve ser construído não apenas para as gerações presentes, mas também para as gerações futuras.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional – Economia Paranaense – Espaço – Programas.

1. INTRODUÇÃO

A discussão em torno da criação de mecanismos e da formulação de uma política de desenvolvimento regional de Estado para o Paraná torna-se pertinente frente ao perfil das suas economias regionais e das discussões da segunda fase da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, lançada no Brasil em 2004. Apesar do Estado do Paraná possuir um fundo de recursos vinculado ao desenvolvimento urbano, urge políticas e diretrizes voltadas especificamente para o desenvolvimento regional e local. Isso por si só já demonstra um problema nas discussões do desenvolvimento regional no Paraná: Confundir desenvolvimento urbano com desenvolvimento regional. Ambos interagem e se associam, mas tem características e espaços de ação diferenciados.

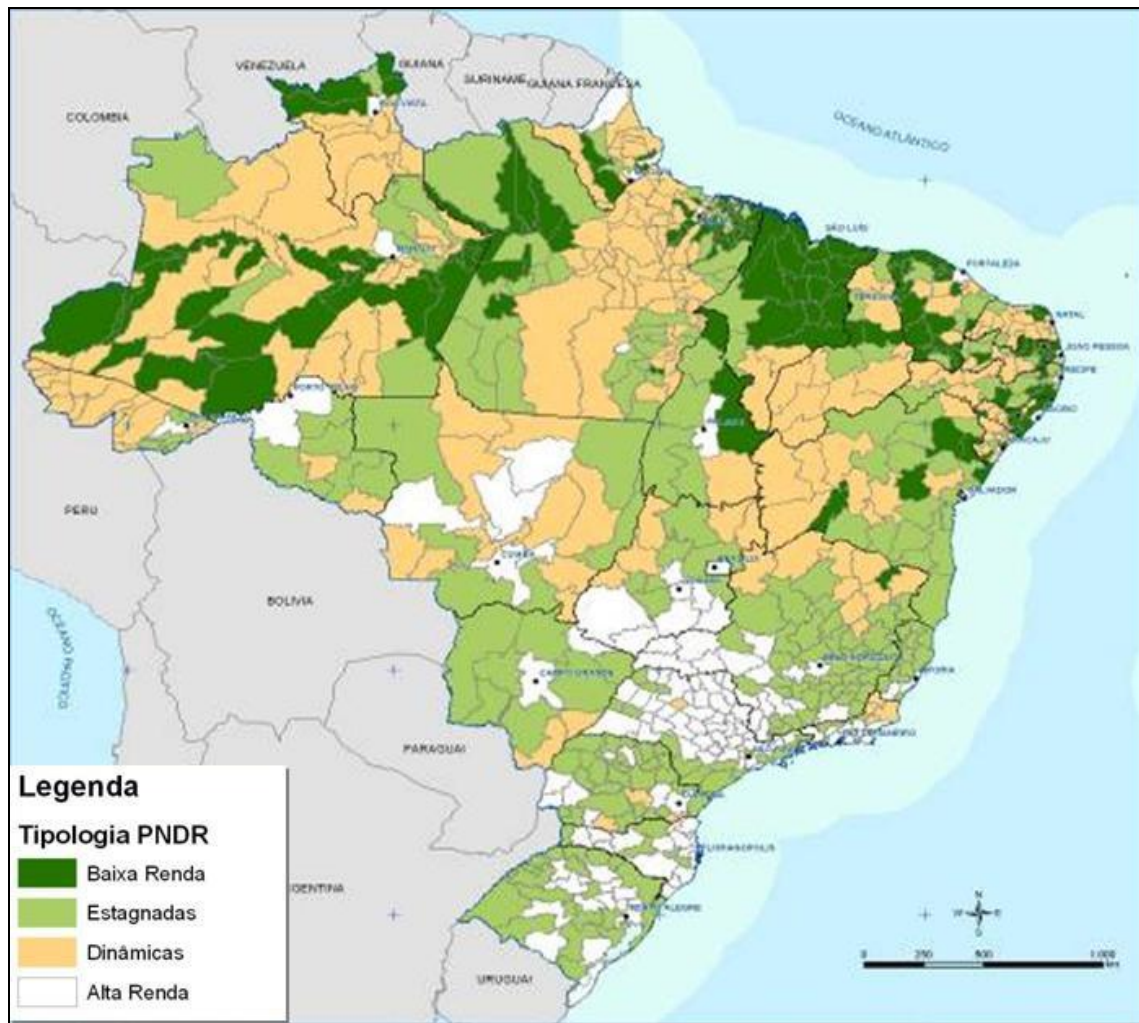
¹ Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec à Chicoutimi (UQAC)-Canadá. Professor adjunto do Colegiado de Economia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC). Pesquisador Associado do GRIR-UQAC. E-mail: jandir@unioeste.br, jandirbr@yahoo.ca

² Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor Assistente do Colegiado de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (GEPEC) e do Grupo Dinâmicas Sócio-Econômicas Nacionais e Regionais Comparadas (DISENREC). E-mail: lucir@unioeste.br ou lucir_a@hotmail.com

O debate em torno do desenvolvimento regional não é recente na economia brasileira. No entanto, no período que vai de 1980 até 1994, os problemas ligados à estabilização da economia e a crise nos mercados emergentes ocuparam a agenda das discussões e dos interesses dos agentes econômicos e dos governos. Com o ajuste macroeconômico implantado com o plano real (1994) e as mudanças no cenário internacional, houve o retorno das questões acerca do desenvolvimento regional, do planejamento de longo prazo e da sustentabilidade do crescimento econômico. Essas questões ficam patentes com três fatos que marcam o final do século XX, quais sejam: a guerra fiscal, as desigualdades regionais e a crise energética.

A guerra fiscal, entre os principais Estados federados, para a atração de novos investimentos industriais veio demonstrar a fragilidade do governo brasileiro em promover a distribuição das atividades produtivas de forma equitativa no espaço nacional. Já a crise energética, que diminuiu as perspectivas de crescimento econômico para o período 2001-2003, demonstrou a carência e a necessidade do planejamento integrado do crescimento da economia consoante com a infraestrutura. E no tocante as desigualdades regionais, o Brasil continua dividido entre um espaço Centro-Sul (Regiões Sudeste e Sul), que concentra mais de 50% da riqueza nacional, e o espaço Centro-Norte (Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste), cuja maior parte do território está estagnada ou em situação de baixo dinamismo. Além disso, a área mais dinâmica do espaço Centro-Norte está baseada na extração de recursos naturais, sem transformação expressiva na maior parte do território (MIN, 2007). A Figura 1 apresenta esse cenário:

Figura 1: Tipologia das Desigualdades Regionais no Brasil - 2007.



Fonte: MIN (2007).

Pela Figura 1 se nota que apesar das Regiões Sudeste e Sul apresentarem a maior concentração de regiões de alta renda, internamente seu espaço também é significativo em regiões estagnadas. Nesse sentido chama a atenção o espaço paranaense, cujas microrregiões de alta renda ou dinâmicas são apenas 10, enquanto o restante do seu território é considerado microrregiões estagnadas ou de baixo dinamismo (29 microrregiões), segundo a tipologia apresentada pelo Ministério da Integração Nacional.

Em vista do exposto, a economia paranaense, no final do século XX e no primeiro decênio do século XXI apresentou um cenário desafiador: Reverter o quadro das desigualdades econômicas regionais e fortalecer a convergências das suas regiões no dinamismo econômico.

Esses fatos demonstram que o planejamento do desenvolvimento regional no Paraná deve ser encarado como prioritário e como política de Estado. Assim, o objetivo desse artigo é analisar as disparidades econômicas regionais do Estado do Paraná e sugerir mecanismos e ações para fortalecer a convergência das regiões no tocante a sua dinâmica econômica e social. Nessa análise são discutidos alguns elementos para uma política de desenvolvimento regional, fazendo sugestões de ações que podem ser implementadas para fortalecer as economias regionais e diminuir as desigualdades socioeconômicas. Por isso, essa análise se utiliza de revisão bibliográfica, de informações e dados secundários sistematizados na literatura sobre a economia paranaense e desenvolvimento regional. Nos casos em que são apresentados indicadores bem específicos, algumas precisões serão fornecidas em notas de rodapé de página para facilitar a compreensão e a apresentação do texto.

Por isso, o artigo está dividido em duas partes: Na primeira é apresentado um panorama do quadro das desigualdades econômicas regionais do Estado do Paraná, e, na seqüência são discutidas algumas propostas de ações para diminuir o quadro que ora se apresenta. Por fim, uma conclusão sumariza o texto.

2. A Formação das Desigualdades Regionais no Paraná: o Contexto Histórico e o Quadro Atual.

O primeiro grande ciclo econômico do Paraná foi o da erva mate, porém a economia ervateira começou a perder importância a partir de 1914. Enquanto o setor ervateiro entrava em estagnação, os ramos produtivos madeireiro e cafeeiro se fortaleciam. A consolidação do setor madeireiro deu-se de forma lenta, porém 78% das indústrias paranaenses surgidas na década de 1920 estavam ligadas à madeira. Em 1930 a madeira já ocupava o 1º lugar nas vendas paranaenses, principalmente para o exterior (Europa). Apesar dos problemas gerados com a II guerra mundial (1935-1945), o mercado interno cresceu compensando as perdas com a interrupção das exportações para a Europa. O ápice da economia madeireira foi até 1964 (PALUDO e BARROS, 1995).

Os rebatimentos da pujança econômica da exploração madeireira e cafeeira foram patentes no crescimento demográfico. No período que vai de 1920 a 1940, a população paranaense atingiu 1.236.276 habitantes, perfazendo 3% da população brasileira e o 10º Estado no *ranking* demográfico. Esse aumento favoreceu em muito a economia interna, principalmente a produção de gêneros alimentícios. Esse estímulo às atividades primárias e artesanais integrou a economia colonial local com a produção semi industrial. A partir de 1940, o crescimento populacional do Paraná acelerou-se de forma mais intensa chegando a uma taxa média de crescimento decenal de 84,37%, entre 1940 e 1970 (IPARDES, 1983).

Esse crescimento populacional se explica pela atratividade da economia Paranaense e o perfil do seu território. O dinamismo do setor madeireiro e cafeeiro, aliado a terras férteis e baratas estimulou a ocupação intensiva do espaço. Porém, após o término da década de 1950, ocorreu a consolidação da indústria madeireira e moveleira e a crise da economia cafeeira nacional. No começo da década de 1960, o desenvolvimento paranaense passou pela solução do problema agrário, ou seja, ocupar as áreas de fronteira agrícola e reativar o ciclo do café tendo em vista que as atividades econômicas do Estado estavam condicionadas à produção e comercialização desse produto (IPARDES, 1983). Como o perfil da dinâmica mudou, o mesmo ocorreu com sua atratividade. Se a incorporação de novas terras estimulava a dispersão da população no espaço, as mudanças para uma estrutura produtiva mais intensiva nas novas e antigas terras estimularam a fixação de uma população antes itinerante e a

consolidação dos centros urbanos. Essa consolidação fortaleceu a economia urbana diversificada aliada a uma base industrial, principalmente a partir de 1970.

No período dos anos 1970 ocorreram dois processos na economia paranaense: O primeiro, o esgotamento da fronteira agrícola em paralelo a mudança tecnológica e a utilização de insumos modernos na agricultura. Nesse período fortaleceram-se as mudanças qualitativas na atividade agrícola, tais como: a introdução da mecanização, a disponibilidade de financiamentos, a expansão das *commodities* e a integração entre a agropecuária e a indústria, formando os complexos agroindustriais. Essas mudanças proporcionaram a reestruturação das tradicionais áreas de cultivo, ocasionando uma forte migração rural para os centros urbanos. O segundo processo foi a desconcentração industrial, a partir do Sudeste brasileiro, para novas regiões em ascensão no Sul do Brasil, beneficiando alguns centros urbanos do Paraná, tais como Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina (ROLIM, 1995).

O resultado desses dois processos foi o estímulo a um novo ciclo econômico baseado em ganhos de produtividade na produção de *commodities* agropecuárias e na sua industrialização. Esse novo ciclo avançou a partir de 1980, com a ampliação do comércio interestadual e internacional de produtos primários e agroindustriais do Paraná.

Apesar do cenário positivo da industrialização do Estado, que influenciou diretamente no setor primário da economia paranaense, observa-se na década de 1980 um decréscimo de 5%, na variação do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) do setor industrial do Estado do Paraná. Esse decréscimo é explicado pela grande recessão em que o País se encontrava no período, ou seja, a chamada “década perdida”, marcada por um processo inflacionário crescente e o baixo ritmo de crescimento da economia (IPARDES, 1993; IBGE, 2010).

Ao final dos anos 1980, a economia paranaense continuou seu avanço no seu grau de inserção na economia brasileira e internacional. O Estado atraiu grandes investimentos para o setor secundário até o final dos anos 1990, num montante de R\$ 14 bilhões, consolidando seu parque industrial. De uma economia exclusivamente agrária, nos anos 1990 a estrutura produtiva industrial avançou para seis vetores norteadores: a transformação metal-mecânica; o agronegócio cooperativo; a expansão do ramo das indústrias não-tradicionais e dinâmicas; a consolidação do Paraná no mercado internacional; o desenvolvimento e a diversificação de novas atividades produtivas nas microrregiões não metropolitanas; e, por fim, a ampliação da infraestrutura (transportes, comunicações e telecomunicações) (LOURENÇO, 2002).

Esses vetores consolidaram a importância de Curitiba no cenário estadual, mas também se formaram outros centros urbanos importantes no interior do Estado, dentre eles destacam-se: Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e Guarapuava. O resultado desse processo foi a expansão mais significativa do Produto Interno Bruto (PIB) paranaense no final do século XX, observado na Tabela 01. Os dados mostram a taxa média de crescimento de 6,0% a.a. do PIB estadual entre 1995-2005, crescimento esse que está acima da taxa da década de 1990.

Tabela 01 – Taxa de crescimento anual do PIB, no Paraná e no Brasil – 1970/2005.

Períodos	Paraná (%)	Brasil (%)
1975-80	13,0	7,1
1980-85	2,4	1,1
1985-90	3,3	1,9
1990-94	4,9	2,3
1995-2005 ^(*)	6,0	5,0

Nota: (*) Projeção média elaborada pelo IPARDES.

Fonte: Rolim (1995).

Se no cenário nacional, entre 1985 e 1998, a indústria do Paraná cresceu mais intensamente do que a nacional, no cenário interno a tendência foi a forte concentração do parque industrial. O resultado dessa concentração foi um ritmo de crescimento econômico diferenciando entre as mesorregiões do Estado do Paraná, fortalecendo em termos de potencial de crescimento econômico a mesorregião Metropolitana de Curitiba. A partir da Tabela 02, observa-se que essa mesorregião aumentou sua representatividade junto ao PIB do Estado passando de 39,58% para 45,19% do PIB, entre 1999 e 2006. Além disso, a Taxa Geométrica de Crescimento (TGC)³ do seu Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a do Estado do Paraná. A TGC expressa o crescimento da série histórica do PIB, em termos percentuais, por período de tempo analisado.

³A estimativa da taxa geométrica de crescimento do PIB, calculada para todo o período, está de acordo com o método dos mínimos quadrados. A taxa geométrica de crescimento é dada pela expressão: $TGC = \left(\frac{\log Y}{\log \beta} - 1 \right) * 100$. Em que: TGC = taxa geométrica de crescimento; β = coeficiente da regressão $\log Y = \alpha + \beta T$; Y = variável; α = constante da regressão; T = tendência. O método em si não exige testes estatísticos mais apurados, pois utiliza apenas como variáveis o tempo e o Produto Interno Bruto.

Tabela 02 – Participação das regiões do Paraná no Produto Interno Bruto (PIB) e taxa geométrica de crescimento- 1999 e 2006- (x R\$1000,00)

Mesorregião	PIB em 1999 (*)	(%) PR	PIB em 2006 (*)	(%) PR	TGC (%) anual
Paraná – Total	65.536.844,79	100,00	81.142.009,84	100,00	3,85
Metropolitana de Curitiba	25.942.163,32	39,58	36.665.867,85	45,19	5,65
Norte Central Paranaense	11.235.614,09	17,14	13.368.140,74	16,48	3,50
Oeste Paranaense	9.536.733,77	14,55	9.814.907,20	12,10	0,90
Centro Oriental Paranaense	4.249.903,85	6,48	5.565.626,43	6,86	4,13
Noroeste Paranaense	2.959.043,51	4,52	3.391.415,95	4,18	2,72
Centro-Sul Paranaense	2.978.265,14	4,54	3.015.240,37	3,71	1,71
Sudoeste Paranaense	2.545.262,17	3,88	2.660.553,08	3,28	1,36
Norte Pioneiro Paranaense	2.558.193,50	3,91	2.614.028,10	3,22	1,80
Centro Ocidental Paranaense	1.874.236,46	2,86	2.064.227,67	2,54	3,46
Sudeste Paranaense	1.657.428,98	2,54	1.982.002,45	2,44	3,48

(*) Valores em R\$ do ano de 2000.

Fonte: Dados extraídos do IPEADATA (2010) a partir de levantamentos do IBGE e IPEA.

Pela Tabela 02 nota-se que não houve alterações significativas na classificação das mesorregiões quanto ao seu PIB, entre 1999 a 2006. Em termos de ritmo de crescimento, a taxa de crescimento geométrica anual média do PIB paranaense ficou na faixa de 3,85%, enquanto as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Centro Oriental cresceram acima da média, com 5,65% e 4,13%, respectivamente. Isso demonstra que as transformações na economia paranaense no século XX estimularam o dinamismo da economia no seu conjunto, mas ao mesmo tempo fortaleceram o processo de concentração espacial desse dinamismo. No seu conjunto, o crescimento da economia estadual está fortemente atrelado ao desempenho da mesorregião Metropolitana de Curitiba. Isso fortalece Curitiba na sua atratividade populacional, pois ela possuía em torno de 3.565.662 habitantes em 2006, o que equivalia a 34,62% do total populacional paranaense em 11,45% do território do Estado.

Entretanto, ao se considerar o crescimento geométrico do PIB *per capita* do Paraná e de suas mesorregiões, destacam-se a mesorregião Centro-Ocidental, com 4,36%; a Metropolitana de Curitiba, com 2,77%; e a da mesorregião Norte Central, com 2,63%. Já as outras mesorregiões tiveram o crescimento geométrico do PIB *per capita* de maneira mais convergente, com exceção da mesorregião Oeste, que obteve um desempenho negativo de -0,37%. O caso do Oeste é explicado pela expansão do contingente populacional (1,27%) contra uma TGC do seu PIB total de apenas 0,90%. O desempenho do PIB total do Oeste paranaense se explica pela retração do PIB do setor primário, acarretado pelos ajustes no preço das *commodities*, a partir de 2004; pelos fatores climáticos, que atingiram as safras da

região entre 2004 e 2006; e pela retração da produção avícola com os riscos da gripe aviária, em 2004.

Tabela 03 – Taxa Geométrica de Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e da População das mesorregiões do Paraná - 1999 e 2006.

Mesorregião	PIB <i>Per capita</i> – 1999 (*)	PIB <i>Per capita</i> – 2006 (*)	TGC PIB <i>per capita</i> (% anual)	TGC População (% anual)
Paraná	6.990,16	7.811,59	2,31	1,45
Metropolitana de Curitiba	8.720,20	10.197,25	2,77	2,79
Centro Oriental Paranaense	6.922,52	8.192,22	2,63	1,46
Oeste Paranaense	8.474,89	7.987,22	-0,37	1,27
Norte Central Paranaense	6.272,93	6.787,08	2,63	1,38
Centro Ocidental Paranaense	5.568,04	6.522,21	4,36	-0,87
Sudoeste Paranaense	5.373,96	5.678,16	1,53	-0,17
Centro-Sul Paranaense	5.541,97	5.413,04	1,17	0,43
Noroeste Paranaense	4.794,86	5.379,70	2,38	0,32
Sudeste Paranaense	4.443,81	4.974,24	2,51	0,95
Norte Pioneiro Paranaense	4.803,59	4.814,84	1,51	0,29

(*) Valores do PIB em R\$ 1.000,00 do ano de 2000.

Fonte: Dados extraídos do IPEADATA (2010) a partir de levantamentos do IBGE e IPEA.

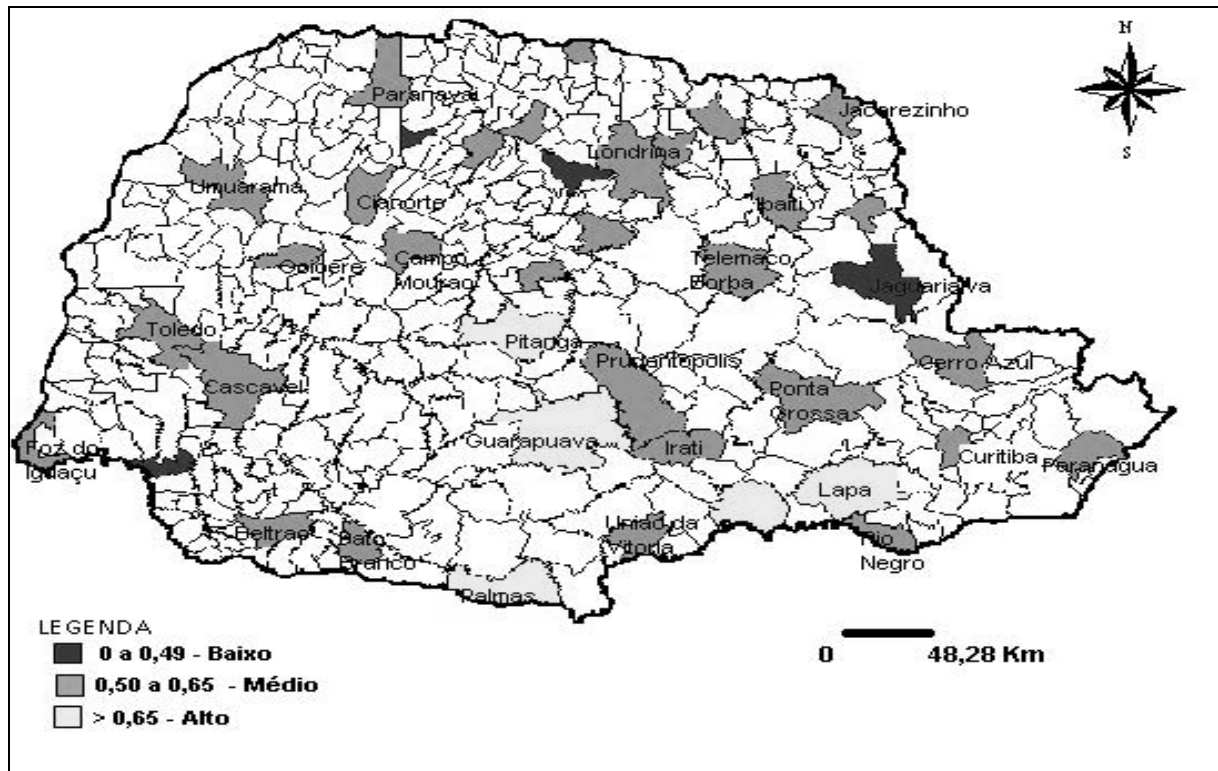
Já em relação ao crescimento geométrico do contingente populacional, a maior taxa ficou concentrada na mesorregião Metropolitana de Curitiba e Centro-Oriental, com 2,79% e 1,46% respectivamente. Essas mesorregiões ficaram acima da média estadual, enquanto que as mesorregiões Centro-Ocidental e Sudoeste apresentaram uma média negativa de crescimento.

Pela análise da taxa geométrica de crescimento do PIB e do PIB *per capita* das mesorregiões do Paraná, percebe-se uma redução na proporção em termos de taxa entre as regiões. A mesorregião Metropolitana de Curitiba teve um crescimento geométrico anual do PIB de 5,65% e do PIB *per capita* de 2,79%. Comparando os dados de crescimento do PIB e da população nota-se que o fluxo populacional é significativo nas mesorregiões mais dinâmicas. Outra característica que se observa, a partir do crescimento do PIB *per capita*, é que o desempenho em algumas mesorregiões ocorreu em função de uma redução no crescimento geométrico da população e não necessariamente em ganhos significativos na expansão do produto.

Com relação ao grau de desigualdade de renda entre os indivíduos, demonstrado pelo

Índice de Theil⁴, nota-se que a maioria dos municípios paranaenses entrou no século XXI com uma maior desigualdade, demonstrando aumento na concentração de renda. Esse aumento do Índice de Theil variou em diferentes proporções entre os municípios analisados, como mostra a Figura 2.

FIGURA 2: Síntese dos Índices de Theil dos Principais Municípios do Estado do Paraná – 2000.



Fonte: Dados extraídos do IPEADATA (2010) a partir de levantamentos do IBGE e IPEA.

Pela Figura 02, nota-se que a maioria dos municípios pólos do Paraná (77%), chegou ao século XXI apresentando Índices de Theil entre 0,50 e 0,65, considerados índices médios, pois o índice do Estado está em 0,65. Porém, 13% dos municípios, no ano de 2000, apresentaram índices de desigualdade altos, acima de 0,66; e, 10% apresentaram índices baixos, abaixo de 0,49. Com isso, percebe-se que a maioria dos principais municípios paranaenses tem uma concentração relativa de renda em média e apenas 10% tem um bom perfil distributivo.

⁴ O Índice de Theil mede a desigualdade de renda entre os indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. É o logaritmo da razão entre as médias aritméticas e geométricas das rendas individuais. Seu resultado é nulo quando não há desigualdade de renda entre os indivíduos, porém tende ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Na sua estimativa excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula.

Frente a esse quadro, dê um lado tem-se a concentração da dinâmica econômica, fortes disparidades em termos de montante de Produto Interno Bruto e de outro uma concentração significativa da renda domiciliar. Esse cenário de desigualdades regionais por si só já demonstra a necessidade de ações e programas para a desconcentração da dinâmica das economias regionais capitaneadas por uma Política de Desenvolvimento Regional para o Paraná. Porém, faz-se necessário que essa política seja de Estado e não uma política de governo. Além disso, essa política deve ser capaz de fortalecer e tornar sustentável o desenvolvimento local e regional, ou seja, deve ser construído não apenas para as gerações presentes, mas também para as gerações futuras.

3. DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ELEMENTOS PARA UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA O PARANÁ.

Desenvolvimento regional implica em integrar as regiões num mesmo processo de desenvolvimento econômico e social virtuoso. Isso não implica em zerar as disparidades regionais, porque o sistema capitalista de produção é desigual por natureza. Da mesma forma, as oportunidades, fatores locacionais e características locais das sociedades são diferentes, fazendo com que o desenvolvimento econômico não ocorra em todos os lugares no mesmo período de tempo. Assim, a homogeneidade total do espaço econômico é praticamente impossível na economia capitalista, porém é possível diminuir o montante das desigualdades socioeconômicas e conduzir as regiões ao dinamismo econômico inclusivo.

Por isso, integrar as regiões implica em garantir e fortalecer a convergência dos seus dinamismos socioeconômicos e criar mecanismos compensatórios para as mais retardatárias. Além disso, quando se discute a integração das regiões há uma confusão quanto ao papel do comércio nesta integração. Uma boa parte dos agentes econômicos, e até mesmo da opinião pública, associam a integração regional com livre-comércio. Isso se deve a falta de uma visão mais clara do que vem a ser região. Para Santos (2003) a região é marcada pelo fenômeno social. Ela é a resultante de um processo social natural no qual não existem apenas elementos sociais, mas também naturais, cuja lógica é dada pelas “leis” que governam os processos sociais e sua espacialidade. No caso se essas “leis” são as “leis do mercado”, então a acumulação do capital será mais fortalecida onde haja condições mais favoráveis e estímulo as atividades econômicas.

Diferente de Santos (2003), North (1961, 2006) analisa o dinamismo das regiões aquém dos fenômenos sociais, mas pela sua base econômica e o papel das instituições em fortalecer essa base. Para North (1961, 2006), as exportações regionais são o fator determinante do crescimento de uma região e de sua interação com o resto do mundo. Sendo assim, para compreender uma região é preciso entender as suas relações com os demais espaços regionais e os elementos e atores que regulam essas relações. Nesse sentido, o foco de interesse está voltado para os fluxos interregionais de produtos e serviços, capital, mão-de-obra e população. No entanto, o ponto de partida para a existência dos fluxos comerciais está na especialização regional e na forma como os agentes econômicos se integram na sua lógica de produção.

Assim, a idéia de integração transcende o aspecto puramente econômico e envolve a ação das instituições públicas e privadas, bem como questões sociais e culturais. A forma como estas questões são tratadas no âmbito das políticas públicas é que vai indicar o quanto os agentes econômicos estão dispostos e capazes de se integrar.

Quanto às questões sociais, estas envolvem as disparidades de renda, a qualidade de vida e a capacidade da sociedade local em estabelecer sinergias que conduzam ao processo de desenvolvimento socioeconômico ao longo do espaço e do tempo. Por exemplo, se houverem disparidades muito grandes de renda entre as regiões, haverá tendências de migrações intrarregionais e interregionais. Essas migrações transferem capital humano entre as localidades. Dependendo do montante de fluxo migratório para as regiões abastadas, elas poderão perder qualidade de vida em função dos custos de aglomeração e do adensamento das cidades, principalmente se as receitas municipais não acompanharem o ritmo de crescimento demográfico. Da mesma forma, nas regiões periféricas, que sofrem com o êxodo demográfico, haverá perda de capital humano e consumidores potenciais. Isso significa uma mudança significativa nas rotas de comércio, de investimentos e de localização da mão-de-obra. Nota-se, então, que melhorias na renda e na qualidade de vida estão altamente associadas, pois ambas se correlacionam e se refletem no espaço territorial.

Com isso, um dos principais *focus* da discussão em torno da política de desenvolvimento regional é a convergência no dinamismo das regiões. Essa convergência envolve a transferência de recursos das áreas mais ricas via fundos compensatórios ou de desenvolvimento, a criação de programas sociais e econômicos, a criação de metas de desenvolvimento e o incentivo ao fortalecimento do capital social. O objetivo desses

elementos é fortalecer os sistemas locais de produção, a democracia participativa e assegurar sinergias para que as regiões construam uma base produtiva e social que garanta seu dinamismo sem agredir ao meio ambiente. Elementos que serão discutidos a seguir.

3.1 Fundo de Desenvolvimento Regional: O financiamento do desenvolvimento regional e a transferência interregional de recursos financeiros.

A transferência de recursos é o imposto negativo interregional. As áreas mais ricas destinam parte do seu excedente para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da base produtiva das áreas mais pobres. Essa transferência é a garantia contra uma mobilidade indesejada da mão-de-obra e a convergência dos indicadores de crescimento econômico. Além disso, esses recursos possibilitam desde a construção da infraestrutura básica, ou seja, a construção de escolas, rodovias, hospitais, etc., até a formação ou fortalecimento de uma estrutura produtiva que gere emprego e renda, fortalecendo assim o mercado consumidor das regiões periféricas. Ou seja, as regiões estagnadas, de baixa renda e de baixo dinamismo são prioritárias para receber os recursos de um fundo de desenvolvimento regional.

Atualmente, o Estado do Paraná conta com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FEDUR), instituído pela lei 8.917 de 15/12/1988. O objetivo do FEDUR é financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao Desenvolvimento Urbano, através das municipalidades e do poder público estadual. Os objetivos do FEDUR são: promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado; constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos municípios paranaenses; financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades paranaenses e de agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo; contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, federais, estaduais e municipais, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos municípios; incentivar os municípios

paranaenses a participarem da formulação da política de desenvolvimento urbano, regional e institucional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los.

Apesar dos objetivos do FEDUR inserirem a palavra “regional”, as ações previstas pela lei 8.917 de 15/12/1988 convergem para a infraestrutura e gestão urbana. Assim, as ações do FEDUR são direcionadas para fortalecer os espaços urbanos do que necessariamente os espaços regionais. É certo que o desenvolvimento regional implica também o fortalecimento das cidades, porém as dinâmicas são diferenciadas, pois o desenvolvimento regional implica na diminuição das desigualdades regionais e num crescimento econômico mais harmonioso do conjunto das aglomerações, tanto de áreas rurais quanto urbanas.

Outro elemento importante é que os recursos do FEDUR têm origem nos serviços dos financiamentos dos municípios, nos retornos financeiros dos empréstimos destinados aos programas de fomento urbano, no retorno de empréstimos contratados pelo governo do Estado, etc. Porém, não há um percentual garantido do orçamento estadual ou dos impostos arrecadados pelo Estado do Paraná para suas ações. Nesse caso, o Fundo poderá ser adaptado para regionalizar mais suas ações e tornando-se efetivamente não só um fomentador de equipamentos urbanos, de suporte as gestões municipais, mas um elemento mais efetivo de desenvolvimento urbano e regional.

Ajustando o FEDUR para ações mais efetivas no desenvolvimento regional, além do desenvolvimento urbano, urge discutir um percentual dos valores arrecadados com os impostos estaduais para fortalecer o Fundo e também garantir uma estrutura de fomento e gestão dos recursos que não seja apenas de uma autarquia do governo do Estado. Essa mudança no perfil de gestão vem atender as necessidades da viabilidade técnica, econômica e financeira de algumas ações. Digo algumas ações porque certos investimentos no desenvolvimento regional são a “fundo perdido”, sendo que estas devem ser geridas diretamente pelo governo do Estado e suas autarquias. Porém, aquelas parcelas de recursos que necessitam de viabilidade devem ser geridas por órgão ou órgãos com expertise na área, tais como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi, Sicoob).

Assim, o novo FEDUR teria dois gestores com dois fluxos de recursos: um para projetos a “fundo perdido”, mas com impactos significativos no desenvolvimento regional e urbano; e outro, com encargos financeiros e viabilidade econômica e técnica gerida pelo BRDE e Cooperativas de Crédito, voltados para investimentos setoriais no âmbito de todas as

regiões, mas com prioridades que podem ser modificadas na medida em que o quadro das desigualdades regionais for se alterando. Outro elemento importante é que os recursos a “fundo perdido” são prioritários ou exclusivos para as regiões com problemas de dinamismo econômico e baixa renda.

Da mesma forma, além do ajuste na lei estadual para garantir esse perfil, o marco regulatório do novo FEDUR deverá incorporar elementos de avaliação das ações, principalmente dos recursos a fundo perdido para garantir os resultados práticos desse tipo de investimento a longo-prazo. A avaliação dos resultados e a gestão descentralizada se tornam um instrumento importante para garantir a idoneidade e o bom uso dos recursos. A questão da gestão e coordenação do desenvolvimento regional e local é um elemento importante que será tratado a seguir

3.2 A Gestão e a Coordenação do Desenvolvimento Regional

Na coordenação e gestão do desenvolvimento regional e mesmo do Fundo de Desenvolvimento Regional, o papel de conselhos ou fóruns de desenvolvimento é imprescindível. Até porque o desenvolvimento regional exige a gestão democrática e participativa da sociedade. Por isso, a gestão do novo FEDUR deverá ficar a cargo de um conselho específico cujos membros serão indicados pela sociedade civil organizada, representantes das associações de municípios e integrantes das câmaras de fomento regional. A criação do conselho gestor do novo FEDUR, que atualmente está sob a coordenação do Serviço Autônomo Paranacidade, implica na gestão descentralizada dos recursos financeiros destinados às melhorias e fortalecimentos das empresas locais por um conselho estadual e até mesmo por fóruns regionais. As transferências de investimentos para melhorar as condições de emprego e renda exigem a definição e localização dos investimentos mais produtivos e competitivos. Aqui vale um velho ditado: “capital se faz em casa”. Por isso, um fundo de desenvolvimento deve priorizar a formação de um capital regional por agentes locais. Essa formação de capital envolve o fortalecimento das atividades produtivas rurais, o fortalecimento e implementação de micros e pequenas empresas, a capitalização das empresas de grande porte e obras de infraestrutura específicas.

A gestão de um conselho estadual e a discussão dos investimentos a “fundo perdido” nos Fóruns regionais serão os responsáveis pelo uso democrático dos recursos, a priorização as regiões mais deficientes e a dinamização da economia regional. Conseqüentemente, a prioridade dos seus investimentos deve levar em conta a capacidade de inserção da economia regional na economia nacional ou até mesmo mundial, dependendo do alcance dos seus negócios. Com isso, o indicador das melhores oportunidades e dos setores mais rentáveis é dado pelo mercado, ou seja, pelas tendências da economia. No seu conjunto, o desenvolvimento regional fica acima dos interesses locais e passam a ser da coletividade. Assim, a gestão do novo Fundo de Desenvolvimento Urbano e Regional Estadual é central, mas a fiscalização é local e envolve os interesses da comunidade.

Um exemplo de coordenação descentralizada do desenvolvimento regional vem do Rio Grande do Sul, com seus Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Os Coredes foram criados pela Lei Estadual nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional de forma harmônica e sustentável. Para atingir esse objetivo, os Coredes atuam através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição eqüitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência da população na sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente. Por isso, os Coredes utilizam de uma política participativa e harmoniosa com os objetivos de cada uma das regiões Rio-Grandenses. Segundo a FEE (2010) é de competência dos Coredes as seguintes atribuições, dentre outras:

- Promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e a implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;

- Elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;

- Manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;

- Constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º, da Constituição do Estado; além de orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região; e respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Conforme destaca Talaska (2010) o Estado do Rio Grande do Sul era em 2008 constituído por 28 Coredes. Cada Corede é presidido e dirigido por um grupo de pessoas da própria região. A função principal desses representantes é trabalhar e debater com a comunidade local em busca das soluções para os problemas da região. Porém, cabe ao poder Executivo do Estado responder com a sua parte, com os recursos necessários à execução de projetos definidos com a participação da população.

Assim, destaca Perin (2004), os Coredes reivindicam ações governamentais de interesse de cada região, cooperam na organização de ações governamentais relacionadas com a participação da comunidade na elaboração de propostas orçamentárias e promovem discussões em torno dos problemas locais.

Para Dallabrida e Zimmermann (2009) os Coredes são um bom exemplo de maior democracia e participação na gestão das coisas públicas. No processo de desenvolvimento regional deve-se avançar na democracia e na construção de formas mais efetivas de participação na gestão pública como a estruturação de consórcios intermunicipais, capazes de contribuir para o planejamento tático; a operacionalização e a execução das ações de desenvolvimento local e regional, definidas em espaços de concertação público-privada, por meio de estruturas de governança territorial.

3.3 Programas de Fomento da Economia Regional e Local

Os programas de fomento regional são financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Regional e tornam-se um elemento de formação de capital e de apoio ao crescimento das atividades produtivas que não agredam ao meio ambiente. O seu objetivo é a dinamização, o aumento da competitividade, o fortalecimento do capital humano e social e a geração de emprego e renda na estrutura de produção regional. Por isso, uma parcela da transferência de recursos deve ser a “fundo perdido”, pois não visam necessariamente lucro, mas em criar condições favoráveis para a formação de sistemas produtivos locais e a garantia da qualidade de vida da população.

Os programas de fomento da economia regional e local envolvem as aptidões das regiões e também a base produtiva já existente. Ou seja, uma Política de Desenvolvimento

Regional para o Paraná deverá ser capaz de fortalecer as economias regionais a partir da sua diversidade e das suas competências. O que envolve desde a profissionalização da produção e da gestão até o planejamento a longo-prazo das atividades. Nesse caso, cabe as regiões fazerem seu planejamento regional a partir do futuro desejado pela coletividade, das potencialidades locais e regionais e capitaneado pelas instituições.

A identificação das potencialidades locais, regionais e seu fomento resultam no fortalecimento de firmas que possuam elos verticais, horizontais e multilaterais que desenvolvem atividades coordenadas a algum fim em comum e que, no conjunto, conseguem ser mais competitivas do que se trabalhassem isoladamente. Uma das formas bem sucedidas de fortalecimento regional de empresas que conduzem a competição, mas também à cooperação, fortalecendo dessa forma a aprendizagem coletiva e o empreendedorismo são os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Segundo Câmara, Souza e Oliveira (2006) nos APLs a cooperação entre os agentes deve ser intensa, ou seja, uma “cooperação competitiva” com o objetivo de incrementar o desempenho industrial e maximizar a eficiência, o crescimento e a competitividade. Além disso, conforme destaca Haddad (2009), um APL se define como uma concentração microespacial de empresas que trabalham, direta e indiretamente, para o mesmo mercado, compartilhando valores e conhecimentos que fomentam um ambiente cultural e interligação a cooperação e a competição. A principal fonte de competitividade são os elementos de confiança e de solidariedade entre as empresas.

À medida que vão se construindo e alavancando as vantagens competitivas de um APL, num contexto em que a cultura local favorece o associativismo e sistemas de crenças que contribuem para melhor gerar e distribuir a riqueza, então vão sendo colhidos os benefícios das economias de aglomeração e o fortalecimento das economias regionais.

Alguns exemplos de APLs podem ser citados no contexto paranaense: os APLs têxtil-vestuário de Cianorte, Apucarana e Maringá; o APL de Louças e Porcelanas de Campo Largo; o APL de Metais Sanitários de Loanda; o APL de Moda Bebê de Terra Roxa; o APL de móveis de metal e sistemas de armazenagem e logística de Ponta Grossa; o APL de *Software* de Londrina; o APL de *Software* de Maringá; o APL de *Software* de Pato Branco, Dois Vizinhos e Região Sudoeste; o APL de Malhas do Município de Imbituva; o APL de Madeira e Móveis de Rio Negro; e o APL de Móveis do Sudoeste do Paraná. Esses são bons exemplos de APLs que resultaram em uma nova dinâmica econômica para as suas regiões. Porém,

também se percebe que os APLs estão dispersos no espaço paranaense e podem se tornar elementos de difusão do desenvolvimento econômico e social para os municípios do seu entorno.

Estudos recentes do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) demonstraram que entre os entraves ao desenvolvimento e fortalecimento dos APLs estavam a escassez de recursos financeiros para capital de giro, a carência de infraestrutura urbana e a carência de mão-de-obra qualificada. Além disso, o apoio institucional, compreendendo instituições do setor público e do setor privado (agentes financeiros, universidades, instituições de pesquisa, centros tecnológicos, serviços de apoio especializado, etc.) é imprescindível para o estímulo a inovação e na melhoria da gestão dos APLs. Por isso, os fóruns gestores do novo Fundo de Desenvolvimento Regional também devem atuar na construção de sinergias entre os agentes públicos privados, entre as instituições e investidores, para garantir o diálogo e suporte necessário ao progresso econômico e social.

Esse é mais um exemplo da importância da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, que no caso dos APLs pode ser coordenado em conjunto com o Fundo Paraná que disponibiliza recursos para inovação tecnológica e envolve as instituições de pesquisa e ensino superior do Estado.

3.4 Programas de Fortalecimento do Capital Social e da Identidade Regional

Como foi citado na seção precedente, um dos elementos mais importantes de fortalecimento das economias regionais e locais, além das políticas de fomento dessas economias, é a construção de sinergias. E essas sinergias devem ser capazes de estimular e fortalecer o capital social. Um APL se transforma efetivamente num Sistema Produtivo Local se houver uma forte sinergia com o capital social.

Por isso, o incentivo ao fortalecimento do capital social e mesmo de uma cultura empreendedora envolve questões de identidade regional. Essa identidade se constrói ao longo dos anos, pois englobam o folclore, a história, as tradições e o empreendedorismo das populações. Sabe-se que nas regiões mais desenvolvidas a população valoriza e respeita o

local onde vivem, o que lhes dá o empoderamento, ou seja, sua preocupação com o progresso lhes estimula a serem mais participativas nos círculos de decisão e representatividade local. Essa participação, respeito e valorização do local fortalece a defesa, orgulho e a admiração pelo regional. Com o tempo, isso transforma o desenvolvimento e a qualidade de vida em valores intocáveis e que devem ser mantidos pelos grupos políticos.

Sendo assim, a identidade é elemento fundamental para a formação de um espírito empreendedor e desenvolvimentista. O indivíduo só vai empreender sobre algo que ele confia e estima. Essa confiança surge da sua história na região e da forma como o poder público administra o espaço local.

Os traços comuns, além da língua e das tradições, as origens são elementos centrais para um processo de integração. Esses traços em comum incluem o grau de educação, o nível de progresso e das condições de bem-estar social. Por isso, a melhoria na qualidade de vida e na distribuição da renda são elementos norteadores da integração e indicadores do desenvolvimento humano. Nenhuma sub-região tem interesse em se integrar com outra de qualidade de vida inferior. É uma tendência psicológica do ser humano em querer estar próximo da riqueza e não da pobreza. De apresentar e falar das coisas bonitas e ricas da sua terra e não dos seus problemas sociais. Da mesma forma, no desenvolvimento regional, os homens querem se integrar com a possibilidade do progresso. Neste sentido, para efetivar o processo de integração, deverá ocorrer a organização e o planejamento da distribuição da riqueza e do bem-estar social ao longo do espaço. A falta da distribuição do bem-estar social e do acesso a riqueza tornam-se um obstáculo à própria integração, pois não dão uma noção de identidade, mas de subdesenvolvimento e dependência.

Por isso, o que deve nortear a integração não é a idéia de dependência ou exploração, mas de que os povos podem progredir mais e melhor de forma conjunta, ou seja, ela deve ser inclusiva. Assim, se salienta mais uma vez que o processo de integração envolve um conceito de identidade que engloba a educação, o progresso e o bem-estar social.

A educação deve atender desde a qualificação da mão-de-obra até a valorização cultural do espaço e da própria integração. A qualificação da mão-de-obra dará a todos condições similares de competir e serem absorvidos pelo mercado de trabalho e acabará com a idéia de exclusão induzida ou marginalidade. A exclusão e a marginalização são grandes obstáculos para a melhoria da qualidade de vida. Os estudos clássicos de Myrdal (1965) apontaram isso claramente, ao analisar a situação das desigualdades sociais e a necessidade de

romper o círculo vicioso da pobreza através da qualificação profissional, da inclusão social e do planejamento do desenvolvimento.

O mesmo ocorre com a qualidade de vida. O acesso a ela dá ao indivíduo uma consciência política da sua necessidade e manutenção, ou seja, o homem passa a ver o bem-estar social como um direito universal e inalienável. Por isso, a educação não é apenas um processo de alfabetização e de tecnificação da mão-de-obra. É, antes de tudo, um processo de cidadania e de criação de um espírito coletivo que formará a identidade regional.

Por isso, todo plano de desenvolvimento regional integrado passa pela melhoria na qualidade e no acesso a educação nas sub-regiões. Por isso, é necessário investir cada vez mais em capital humano, pois não há desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida sem melhorias no capital humano e social. Os estudos de Hadadd (2009), Putnam (1996), Sen (1999) e Schultz (1981) demonstram isso claramente. Melhorar o nível de escolaridade é melhorar as condições de produtividade, e, com ela, garantir a sustentabilidade do crescimento no longo-prazo (Krugman,1994). A própria realidade empírica tem comprovado esses fatos. A melhoria na qualificação incentiva o empreendedorismo e com ela a produção de inovações. Essas inovações seguem as orientações definidas por Schumpeter (1985), ou seja, inovações no sentido de novas técnicas de produção, na criação de novos produtos, no desenvolvimento e descoberta de novas matérias-primas e na abertura de novos mercados.

Assim, mais do que integrar, a identidade produzida para a integração deve ser capaz de tornar a mão-de-obra qualificada agente da inovação e de adaptar-se a ela facilmente. Em suma, qualquer programa de desenvolvimento regional passa pela integração regional, pela criação do capital social e pelo fortalecimento do capital humano através de uma identidade coletiva. Para isso, há a necessidade de avanços significativos na qualidade da educação objetivando a melhoria da qualidade de vida e na criação das condições necessárias à sustentabilidade do progresso.

Conforme já foram mencionadas, a integração e a melhoria nas condições da educação e da qualidade de vida implicam na criação de consciência política e uma mudança no centro de poder das regiões. Evidentemente, a mudança no centro do poder está diretamente relacionada com a organização política das regiões. O que pode ser um obstáculo em alguns processos será um elemento balizador em outros, pois a questão política muda de acordo com as características de cada região e das diretrizes necessárias para estimular a integração. O processo de integração regional e a formação de uma identidade própria implicam em

reformas. Estas induzem a negociação com os grupos políticos locais e os representantes da sociedade civil, envolvendo tanto questões ligadas a transferência de renda e riqueza, como a organização social da região. A forma como essas questões vão ser discutidas depende da coesão dos interesses das instituições. Para fortalecer a integração e facilitar o processo de discussão e negociação com os grupos e agentes econômicos, podem ser ações específicas nas regiões vinculadas aos programas já existentes, conforme segue:

a) Ações de integração social: As ações ou programas de integração social visam a melhoria da qualidade de vida, na segurança alimentar e no acesso a serviços sociais básicos. O objetivo dessa ação será padronizar a melhoria das condições sociais, ou pelo menos dar aos cidadãos condições de aumentar sua qualidade de vida no decorrer do tempo. Deve-se ter em mente que este tipo de programa é um agente tanto contra migrações desnecessárias e maciças de mão-de-obra, quanto de qualificação e melhoria na competitividade dos trabalhadores no mercado de trabalho. Por isso, o seu elemento balizador é de que nenhuma região se integra para disseminar ou criar pobreza, mas para aumentar, distribuir e melhorar as condições de acesso a riqueza.

As melhorias nas condições de vida tornam o homem mais produtivo, além de lhe garantir o direito a uma vida digna, que deve ser o elemento central nas ações sociais. Dentre as ações e atividades a serem desenvolvidas, pode-se citar: projetos de melhorias nas habitações, ações de segurança alimentar, atividades de integração comunitária, ações de atendimento a idosos e crianças, atividades de qualificação e re-qualificação da mão-de-obra, ações de saúde coletiva e de atendimento psicológico, etc.

Deve-se ressaltar que mais do que assistência aos indivíduos, essas ações devem ser capazes de transformar e melhorar a vida dos cidadãos. Por isso, o seu objetivo é tornar o homem um agente transformador da sua própria história. Portanto, deve engajar as comunidades num compromisso coletivo com a integração regional;

b) Ações de transformação educacional e fortalecimento do capital humano: O compromisso com a educação deve ser um elemento primordial em todo e qualquer plano de desenvolvimento. Educar é dar ao homem consciência da sua cidadania. Junto a isso, faz-se o processo de qualificação para o Mercado de trabalho.

A geração de emprego e renda demanda mão-de-obra eficiente e capaz de produzir mais e melhor no decorrer do tempo, além de poder se adaptar facilmente a novas tecnologias, processos de trabalho e novos produtos. Ou seja, a mão-de-obra deve ter capacidade de se adaptar a novas inovações.

Deve-se ressaltar que isso exige não apenas ações voltadas para mudanças na grade curricular ou na construção de escolas, mas contemplar o incentivo e o estímulo a educação. Pois, em comunidades de baixa renda, os jovens tendem a deixar a escola para trabalhar. O compromisso das famílias com a escola é um dever, mas está também atrelado ao direito à qualidade de vida. Por isso, as famílias devem estar monitoradas pela assistência social. Assim, todo programa educacional deve estar em sintonia com os programas sociais. Para isso, o acesso a assistência passa pelo compromisso da família com a educação de seus filhos.

c) Ações de desenvolvimento da infraestrutura urbana e regional: as ações para melhoria na infraestrutura urbana já são contempladas no Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano. Por isso, o novo FEDUR é um instrumento importante, mas não suficiente, conforme já mencionado. As suas ações são um instrumento na melhoria da logística, nas condições de sustentabilidade do crescimento econômico e na modernização das áreas urbanas. Seu objetivo deve ir além de simplesmente urbanizar, mas sanar os “gargalos” produtivos e obstáculos ao desenvolvimento, acarretados por problemas ou carências na infraestrutura. Seus investimentos vão garantir a eficiência na produção e distribuição da energia e no escoamento da produção.

d) Ações de fortalecimento da agricultura camponesa: A melhoria nas condições de produção agropecuária e na fixação do homem no campo é primordial. Nenhum país desenvolvido do globo possui uma agropecuária fraca e carente. Além disso, o apoio à agricultura familiar e as melhorias na produção agropecuária implicam no controle do êxodo rural e na criação de excedentes exportáveis. Isso implica em garantir o acesso a terra, disseminar novas técnicas de produção, garantir o acesso a “pacotes” tecnológicos que não agredam ao meio ambiente e sanar os “dualismos” entre as atividades agropecuárias das diferentes sub-regiões. Por outro lado, deve-se ter em mente a necessidade de uma agricultura menos poluente, mais eficiente e com o menor impacto ambiental possível.

e) Ações sistêmicas de proteção e preservação ambiental: Qualquer tipo de desenvolvimento implica em sustentabilidade. Não se concerne ou aceita o crescimento econômico que deteriora e depreda os recursos naturais. Por isso, todos os programas sociais, educacionais e as ações ligadas à melhoria da infraestrutura e na competitividade das empresas devem ser norteadas pela proteção e preservação do meio ambiente. A produção com técnicas e tecnologias limpas deve ser uma exigência para o financiamento dos investimentos, tanto na indústria quanto na agricultura a partir do novo FEDUR. Sendo assim, o acesso aos financiamentos das atividades só será possível com a garantia da preservação dos recursos naturais.

Por fim, deve salientar que a implementação dessas ações e/ou programas devem ser balizadas pelo livre acesso a informação. Como um processo de integração implica em mudanças políticas e sociais, a transparência das ações torna-se o principal instrumento para superar as desconfiças e engajar os agentes econômicos nas transformações regionais.

4. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi apresentar o quadro das disparidades econômicas do Estado do Paraná e propor mecanismos para fortalecer o desenvolvimento regional através de uma política de Estado.

Conforme os dados apresentados demonstraram, o Estado do Paraná apresenta concentração da dinâmica econômica, fortes disparidades em termos de Produto Interno Bruto e uma concentração significativa da renda domiciliar. Esse cenário de desigualdades regionais ressalta a urgência de ações e programas o fortalecimento das economias regionais mais fragilizadas pela concentração econômica. Essas ações e programas devem ser capitaneadas por uma Política de Desenvolvimento Regional. Porém, essa política deve ser capaz de fortalecer e tornar sustentável o desenvolvimento local e regional e integrar as diferentes regiões que compõem o território do Estado.

É certo que somente a implementação de programas de desenvolvimento regional, como a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, não será capaz de promover por si só a integração e convergência das economias regionais. Na realidade, a integração e o fortalecimento das regiões deve ser um compromisso assumido por todos os agentes econômicos e sociais. Por isso, os mesmo devem fazer parte, junto com a sociedade organizada, do gerenciamento do Fundo de Desenvolvimento Regional e de todas as ações em

prol da região. Isso implica em tornar a sociedade em sujeito da sua história através do planejamento participativo das ações e do direcionamento dos recursos. A forma como essa participação vai ser arranjada deve ser discutida no âmbito das comunidades, dando a elas desde já um compromisso com as futuras gerações e fortalecendo a cidadania.

Deve-se ressaltar, que a criação de políticas regionais e o processo de integração regional não são tarefas fáceis, mas são possíveis. No âmbito das economias regionais, esse processo se torna mais penoso, pois as mesmas têm de se enquadrar na legislação e na distribuição dos recursos fiscais. Além disso, as economias regionais não têm poder sobre a política macroeconômica do governo federal.

Já no âmbito da integração entre economias regionais, os programas fomentos podem ter características diferenciadas, dadas a quantidade de grupos e interesses ligados ao processo. Nesse caso, as ações são mais lentas e negociadas, porém seus resultados são mais duradouros, pois surgem do fortalecimento da democracia participativa e da aprendizagem coletiva. Em todo caso, todo o processo de crescimento e desenvolvimento conjunto tende a fortalecer as economias locais, tanto no aspecto puramente econômico quanto político. E isso, sem dúvida, é bom para a população local quanto para os agentes econômicos.

Enfim, uma política de Estado para o desenvolvimento regional do Paraná deve dar condições para que as regiões tenham um desenvolvimento socioeconômico sustentável. Esse desenvolvimento sustentado pressupõe: um crescente processo de autonomia decisória da região; uma crescente capacidade de captação e reconversão do excedente econômico; um crescente processo de inclusão social; o fortalecimento da consciência e ação ambientalista; a crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; e, uma crescente percepção coletiva de pertencer à região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CÂMARA, M. R. G. da; SOUZA, L. G. A. de; OLIVEIRA, M. A. de. O corredor da moda do norte-noroeste do Paraná à luz dos arranjos produtivos locais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 110, p. 33-68, Jan./Jun. 2006.
- DALLABRIDA, V. R.; ZIMERMANN, V. J. Descentralização na gestão pública e estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento: o papel dos consórcios

intermunicipais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, SP, v. 5, n. 3, p. 3-28, set./dez. 2009.

- FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/feedados/consulta/unidades_geo_coredes.asp> Acesso em: maio 2010.

- HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www2.ibge.gov.br/pub/Censos/Censo_Demografico_1991/Populacao_Residente_Urbana_Rural/> Acesso em: 14 abril 2010.

- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990**. Curitiba, 1983.

- IPEADATA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dados gerais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 05 maio 2010.

-KRUGMAN, P. **A Era da Incerteza: As expectativas econômicas frustradas**. São Paulo: Campus, 1994.

- LOURENÇO, G. Cenários de compreensão da dinâmica econômica paranaense. In: CARIO, S.; PEREIRA, L.; BROLLO, M. (org.) **Economia Paranaense: Estudos de setores selecionados**. Florianópolis: UFSC, p. 19-36, 2002.

-MIN- Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional** (Sumário Executivo). Brasília: IICA/MIN, 2007.

-MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NORTH, D. Alguns problemas teóricos a respeito do crescimento econômico regional. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, nº 03, p. 25-38, set. 1961.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. 3º ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

-PALUDO, G. B.; BARROS, D. A. **Síntese da história do Paraná**. Cascavel: Assoeste, 1995.

- PERIN, Z. **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção**. Erechim: EdiFAPES, 2004.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ROLIM, C. F. C. O Paraná urbano e o Paraná do *agribusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. p. 31-55, set./dez. Curitiba, 1995.
- SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo: o segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural. (Os economistas), 1985.
- SANTOS, M. **Economia espacial**. 2º ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- TALASKA, A. **Estrutura agrária e reconfiguração fundiária – o caso da região do Corede Norte/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.